

A REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO EM SEU *SENTIDO SUBSTANTIVO* NO DEBATE SOBRE AS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Autor/es: Mariana Reis Maria, Paulo Sérgio Fracalanza e Rosana Icassatti Corazza

E – mails: marireis_maria@hotmail.com, fracalan@unicamp.br e rosanacorazza@ige.unicamp.br

Filiação institucional: Doutoranda do Instituto de Economia da Unicamp, Brasil; Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Unicamp, Brasil; Professora Doutora do Instituto de Geociências da Unicamp, Brasil.

Resumo:

Esse artigo tem como objetivo principal apresentar a redução do tempo de trabalho (RTT) no que aqui se denominou de *sentido substantivo*, inspirado pelo “sentido econômico substantivo”, proposto por Polanyi. A nosso juízo, em seu *sentido substantivo*, a proposta de RTT pode se apresentar como um importante vetor de mudança social e econômica que favoreça uma transição de nossa forma de organização social para um sistema mais sustentável, mais justo e com maior potencial emancipatório. Ademais, num mundo que está a ultrapassar as fronteiras planetárias, a concepção da proposta da RTT em seu *sentido substantivo*, que remete à ideia de que a humanidade precisa de um meio material que a sustente, fornece do ponto de vista lógico e discursivo o necessário contraponto com o sentido puramente “formal” da RTT, historicamente relacionado com as estratégias de competição, maximização e eficiência. Com base nessa discussão, numa segunda seção pretende-se resgatar a visão de três autores, Keynes, Russell e Lafargue, que defendem a RTT em seu *sentido substantivo*. Finalmente, uma última seção reúne três importantes autores da questão ambiental, Gorz, Jackson e Méda que, no debate sobre a transição para a sustentabilidade, dão especial destaque às medidas de redução do tempo de trabalho no rol das transformações sociais e econômicas necessárias para uma nova forma de organização do sistema econômico e social compatível com os limites biogeofísicos de nosso planeta.

Palavras-chave: Redução jornada de trabalho; emancipação do trabalho; mudanças climáticas.

Introdução

Se dúvidas houve, elas se extraviaram no denso cipoal das más notícias. A crise que chegou em 2008 já bradou que não tem data para partir. As evidências, sem o artifício das meias palavras, são talvez tediosas, mas necessárias.

Pouco frequente na profissão dos economistas, alcançamos um diagnóstico consensual de um *slowdown* mundial persistente, embora, é certo, as explicações para o fenômeno não encontrem a mesma unanimidade. Sem dúvida, crises e arrefecimento do crescimento vêm historicamente acompanhadas do agravamento do panorama do mundo do trabalho, convulsionado por alarmantes e persistentes níveis de desemprego de massa que atingem indiscriminadamente países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além disso, a crescimento da informalidade no mercado de trabalho, do exército do precariado e da redução das taxas de participação, entre outros fenômenos correlatos, ampliam as consequências negativas para os trabalhadores (ILO, 2016; Standing, 2013). A fatura torna-se ainda mais amarga pelas respostas à crise que aprofundam o desmantelamento das redes de proteção erigidas pelos Estados de Bem-Estar Social, alimentado pela crescente importância política das agremiações de extrema-direita e pela nova arquitetura das políticas neoliberais que ganham os contornos, na feliz aceção de Davies (2016), de um neoliberalismo punitivo. Somam-se às consequências da crise o crescimento da insegurança (real e fictícia) que alimenta disposições belicistas, enquanto segue-se o drama dos refugiados, a crescente insegurança dos imigrantes e a agudização dos conflitos nas periferias das grandes cidades. Todos estes fenômenos são embalados por uma crescente consciência da ampliação das desigualdades, do fosso entre os muito ricos e a imensa massa de remediados e despossuídos, tanto nos anos anteriores à crise quanto depois dela (Wilkinson, 2010; Piketty, 2013).

Como resposta às terapêuticas dominantes, acumulam-se no campo progressista os argumentos condenatórios ao austericídio, à insuficiente resposta dos países, desenvolvidos e emergentes, à crise, ou, talvez melhor dizendo, à contraproducente resposta destes mesmos países, empenhados nas medidas de contenção dos déficits fiscais, nas reformas visando à flexibilização de direitos e na redução da abrangência das políticas de proteção social, ao mesmo tempo em que se ampliam as benesses concedidas aos proprietários do capital. Essa insatisfação com as medidas tomadas têm provocado constantes choques entre as reivindicações dos trabalhadores e as respostas austeras adotadas. Países como Itália, Grécia e Espanha foram responsabilizados pelo desequilíbrio europeu e conseqüentemente, na esteira da tradição neoliberal, medidas de flexibilização do mercado de trabalho emergiram como “moeda de troca” para recebimento o recebimento de auxílios financeiros¹. No Brasil, medidas de flexibilização do mercado de trabalho foram recentemente aprovadas também com a

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/34638-europa-mexe-na-lei-trabalhista-contracrise.shtml>

justificativa de promover o estímulo aos negócios, a superação da crise e a retomada do crescimento econômico.

É bem verdade que reformas liberalizantes no mercado de trabalho não são uma novidade deste período pós-crise de 2008. Historicamente, medidas de flexibilização e de redução de direitos do trabalho foram propugnadas como remédios para a recuperação de crise e para a retomada do crescimento.

Num outro registro, o da partilha do emprego, a redução do tempo de trabalho (RTT) surge e ressurgue como proposta, já tendo sido aposta para criação de empregos em diversos momentos da história (Fracalanza, 2008). Todavia, a proposta da RTT não se apresenta somente como uma alternativa para criação de empregos, mas como uma medida de ressignificação do modo de vida. Neste sentido, caminha-se ao encontro do que sugerimos denominar de significado “substantivo” da RTT, proposta essa que ganha novos aprofundamentos a partir das críticas ao crescimento econômico *per se* e frente à efervescente importância da temática ambiental, que impõe desafios aos estudiosos e formuladores de políticas que vão muito além da promoção do crescimento e do desenvolvimento tecnológico, ao exigir que reflitamos sobre as formas de interação social que forjamos com, quiçá, o desenho (e o desejo) de transformações da maneira como produzimos, consumimos e nos organizamos como coletividades.

Esses questionamentos, portanto, na esteira da boa tradição da Economia Política não são ociosos: é realmente *possível* retomar o crescimento econômico? E, ainda que vislumbrássemos a concretude desta possibilidade, restariam outras questões. Uma retomada do crescimento seria possível em níveis tais que permitissem uma nova era de prosperidade global? Se sim, este seria o caminho para a superação das dificuldades antes elencadas? Seria sustentável esse novo esperado ciclo de crescimento, no cenário de *business as usual*?

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é, portanto, examinar a alternativa da redução do tempo de trabalho como uma das políticas preconizadas por um conjunto de autores contemporâneos que estudam propostas de transição da economia num contexto de destruição da resiliência dos sistemas naturais, incluindo, mas não se limitando às mudanças climáticas. Para isso, propomos um roteiro dividido em três partes. Numa primeira, inspirados por Polanyi, apresentamos a proposta da RTT numa dupla perspectiva. De um lado, a ideia da RTT em seu sentido formal, da busca da eficiência econômica e limitada, portanto, às condições ditadas pela valorização do capital. De outro, apresentamos a RTT em seu sentido substantivo, ou seja,

um resgate desta proposição como libertação da carga de trabalho, como emancipação da acumulação sem sentido e como criação de uma nova maneira de viver. Na segunda parte, abordam-se as contribuições de três importantes precursores da RTT em seu sentido substantivo: Lafargue, Russell e Keynes. Finalmente, na terceira parte, são abordadas contribuições que vislumbram na RTT uma forma de superação do modo atual de organização da produção e reprodução material e simbólica da vida social: as óticas do filósofo André Gorz, do economista Tim Jackson e da socióloga francesa Dominique Méda. Ao lado de suas convergências teóricas e desacordos, a RTT aparece como um elemento fundamental para a mudança da ética da vida, no sentido da emancipação humana e do repúdio ao consumismo.

1) Os Dois Significados da Redução do Tempo de Trabalho *à la manière* de Polanyi

A referência aqui é explícita, mas não será redundante recordá-la para os propósitos de nossa argumentação. Polanyi, em *Os Dois Significados do Econômico*, numa crítica contundente à leitura histórica do capitalismo na inscrição do ideário liberal, contrapõe a acepção dominante de economia ao seu sentido “substantivo”. Nos marcos da tradição dominante *à la Robbins*, o primeiro significado, o formal, comparece, surgido do caráter lógico da relação entre fins e meios. Dentro destes marcos, constrói-se a narrativa da naturalização dos desejos ilimitados da humanidade, da escassez dos meios para prover às *necessidades* humanas, da forma específica da racionalidade em todos e quaisquer processos da reprodução material, do papel virtuoso dos mercados, da tendência natural das trocas e dos benefícios públicos que se destilam da natureza humana egoísta, violenta e movida pela cupidez.

Em contraponto, Polanyi, orientado pela sua pesquisa antropológica e histórica dos diferentes mecanismos de integração social – a reciprocidade, a distribuição e a troca – propõe o resgate do significado da economia, em seu sentido *substantivo*, ou seja, no sentido da subsistência humana, ao apontar “*para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente*”. (Polanyi, 2012, p. 63).

Portanto, a proposta aqui é apresentar os dois significados para a redução do tempo de trabalho evidenciando sua estreita homologia com os significados do econômico no pensamento de Polanyi.

Historicamente, numa perspectiva de longa duração, a extensão da duração do tempo de trabalho conheceu intensas flutuações. Esquemáticamente, pode-se dividir a história da

duração do trabalho em dois períodos contrastantes. Entre os séculos XIV e meados do XIX, que acompanha a ascensão do regime do capital, estende-se progressivamente a duração do trabalho que irá atingir, na primeira metade do século XIX, limites intoleráveis.² A seguir, em um longo período que percorre a segunda metade do século XIX e XX assiste-se ao movimento inverso, de lenta redução da duração do trabalho.

Marx em seu magistral capítulo oitavo d' *O Capital* consagrado à *jornada de trabalho* situa este movimento no plano das lutas travadas entre capitalistas e trabalhadores na definição dos limites da extensão da duração do trabalho.

Assim, nos primórdios da Revolução Industrial Britânica, e Marx nos desnuda com imensa riqueza documental a situação dos trabalhadores ingleses na primeira metade do século XIX, as condições de vida e trabalho se tornam insustentáveis, ceifando a vida de crianças, mulheres e homens. As lutas operárias, a explosão de conflitos urbanos, a penúria extrema das classes trabalhadoras a ameaçar, inclusive, as condições de reprodução da força de trabalho, fez crescer o sentimento de que a exploração sem peias acabaria por minar a força do poderio britânico.³

O que se assiste, a seguir, é um lento processo de regulamentação, de institucionalização e de controle da duração do trabalho acompanhado pela tomada de consciência nos meios operários e sindicais da importância da luta pela definição dos limites da exploração do trabalho.

Para os fins de nossa exposição, num primeiro registro, a ideia da RTT aparece em seu sentido “formal”, nos limites das estratégias de maximização, ou seja, na perspectiva de seu não afrontamento com as condições ditadas pela valorização do capital, sujeita aos constrangimentos da busca pela eficiência, da ampliação da produtividade e da competitividade. Estes são os contornos, por exemplo, de grande parte do debate na França por ocasião das *35 heures*. Naquele momento, os economistas detratores da redução do tempo de trabalho, apegavam-se aos ditames dos custos do trabalho, da competitividade, nos marcos dos

² O que estava em jogo, é bem certo, não era apenas o incremento da taxa de exploração da mão-de-obra, mas a disposição em sujeitar a nascente classe trabalhadora às determinações e à disciplina do capital. Conforme Marx, *O Capital*, 2013, (original de 1867), no capítulo VIII.

³ “Abstraindo de um movimento dos trabalhadores que se torna a cada dia mais ameaçador, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que forçou a aplicação do guano nos campos ingleses. A mesma rapacidade cega que, num caso, exauriu o solo, no outro matou a força vital da nação.” Marx, 2012, p. 313.

modelos de equilíbrio de inspiração neoclássica (Fracalanza, 2008). Mas mesmo os defensores da proposta, viam-se enredados, no mais das vezes, aos estreitos limites ditados pela economia tradicional, procurando arduamente demonstrar que a medida de RTT poderia de fato produzir um crescimento mais rico em empregos sem *afrontar* as condições de rentabilidade do capital.

Já em seu segundo significado, a RTT aparece em seu sentido “substantivo” o que aponta para a possibilidade de superação do primitivo problema da humanidade: a necessidade de trabalho para a subsistência humana. Assim, o sentido das propostas substantivas da RTT podem iluminar a utopia de um mundo sem trabalho, ou em que o trabalho ocupe uma pequena parcela do tempo dos homens e mulheres, em razão do já desmedido avanço das forças produtivas. Articulam-se, portanto, neste conceito, ademais da libertação do fardo do trabalho, a possibilidade da humanidade também liberar-se da patologia da acumulação insensata e das ideias naturalizadas de uma humanidade movida pelo egoísmo, pela cupidez e pela violência no seu afã de consumo irrefreável. Desabrocham, portanto, os ideais de uma vida mais plena, mais sábia e mais coerente com seu enquadramento e dependência com relação aos sistemas naturais. Esse movimento se inicia, como dito, com o resgate do que chamamos aqui de “precursores da RTT em seu sentido substantivo” para, posteriormente analisar propostas contemporâneas intimamente relacionadas aos limites impostos pelo problema ambiental.

2) Precursores da RTT em seu sentido substantivo

Keynes e a barganha faustiana

Para John Maynard Keynes, o grande problema do sistema capitalista repousava justamente na sua busca incansável pela valorização do capital. Contudo, para Keynes, esse mesmo sistema, em sua expansão, seria capaz de libertar o homem de seu maior e mais primitivo problema econômico: o fardo do trabalho na luta pela subsistência.

Keynes apresenta sua visão utópica em um ensaio de 1930, intitulado Possibilidades Econômicas para Nossos Netos. Em tom otimista, o autor não se limita ao presente, mas “abre asas para o futuro”. Para ele, se o desenvolvimento das forças produtivas – impulsionado pelo progresso técnico, pela divisão do trabalho e pela disciplina imposta pelo capital – continuasse a operar de forma desimpedida, seria possível vislumbrar jornadas diárias de três a quatro horas, suficientes para suprir as necessidades básicas e de conforto do ser humano. Essa possibilidade, se real, permitiria ressignificar os papéis do trabalho e do tempo livre e dos horizontes de uma vida mais plena. De forma a se contrapor aos revolucionários “que pensam que as coisas estão

tão ruins que nada pode nos salvar a não ser a mudança violenta” e dos reacionários “que consideram o balanço da vida econômica e social tão precária que nós não deveríamos arriscar nenhum experimento”, o autor apresenta uma postura reformadora afirmando que a tendência não vislumbrada por aqueles cegos pelo pessimismo era o potencial “libertador” do capitalismo: sua capacidade de gerar uma nova realidade social para a humanidade.

Ao se dar conta dessa nova realidade, denominada de *good-life* ou *bliss*, a busca desenfreada pela acumulação monetária perderia seu sentido, pois o ser humano livre do trabalho não mais encontraria sentido na busca e acumulação desenfreada por dinheiro (*love of money*). Libertos do trabalho, homens e mulheres poderiam e deveriam dedicar seu tempo livre à valorização do bom e não do útil, à contemplação do belo, da arte e da natureza e à edificação de relações humanas verdadeiras (leia-se, não pecuniárias).

Pois bem, a redução do tempo de trabalho surge, assim, como a consequência da transição do capitalismo para outro “estado das coisas” em que as necessidades absolutas – aquelas que sentimos independentemente da situação de outrem – seriam supridas e as necessidades relativas – aquelas que dependem da comparação com outras pessoas – não fariam mais sentido. O trabalho já não mais seria um fardo, mas sim o exercício benfazejo da necessidade humana desde Adão de transformar o ambiente ao seu redor. O capitalismo para Keynes seria, portanto, um mal necessário, uma barganha faustiana (na feliz expressão de Skidelsky & Skidelsky, 2013), que, embora detestável, permitiria a transição para uma vida plena de realizações. Nas palavras de Keynes:

“I see us free, therefore, to return to some of the most sure and certain principles of religion and traditional virtue – that avarice is a vice, that the exaction of usury is a misdemeanour, and the love of money is detestable, that those walk most truly in the paths of virtue and sane wisdom who take least thought for the morrow. We shall once more value ends above means and prefer the good to the useful. We shall honour those who can teach us how to pluck the hour and the day virtuously and well, the delightful people who are capable of taking direct enjoyment in things, the lilies of the field who toil not, neither do they spin.” (KEYNES, 1963, p 373).

Todavia, esse futuro só poderia de fato ocorrer se algumas condições fundamentais fossem cumpridas. Keynes ressaltava que a solução do problema econômico nos próximos cem anos exigiria a ausência de guerras e convulsões sociais e isso envolvia a não ocorrência de revoluções de extrema direita e esquerda, controle do aumento populacional e confiança à ciência das matérias que são seus objetos. (Keynes, 1963; p.373)

Já muito próximos da geração dos netos de Keynes, é importante constatar que o futuro imaginado pelo autor não parece nem perto de se realizar. Diante do progresso material de nossos dias, não estivéssemos tão empenhados numa busca sem trégua em distinguirmo-nos de nossos semelhantes com os signos conspícuos do consumo ostentatório, talvez nos encontrássemos vertiginosamente próximos à utopia keynesiana. É bem verdade que, com o importante papel do consumo na construção da identidade e pertencimento social em nossos tempos, estamos dela cada vez mais distantes. A atualidade de Keynes e de seu registro, dirigem um dedo acusador à nossa consciência, indicando que o sistema de relações sociais que forjamos e os impulsos de morte que ele abriga poderão comprometer irremediavelmente a possibilidade de nossos netos herdarem uma Terra que lhes permita viver com dignidade.⁴

Russell e a moral escravista e servil

Bertrand Russell, contemporâneo de Keynes, também aborda a redução do tempo de trabalho como uma mudança social desejável em “The Praise of Idleness” (1932). Nessa obra o autor afirma que a crença na virtude do trabalho, dogma incrustado na cabeça dos homens por séculos, não estava de acordo com o “mundo moderno”, pois “a moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão” (Russell, 1932).

Numa aproximação com Keynes, o autor afirma que do início da civilização até o advento da Revolução Industrial, o homem ocidental teve sua vida marcada pela necessidade iminente de trabalho para a sobrevivência⁵, pois “um homem em geral era capaz de produzir, trabalhando arduamente, um pouco mais que o necessário para a própria subsistência e a de sua família...”. Nestes tempos, o excedente desse trabalho era apropriado pelos guerreiros e sacerdotes aos quais a virtude do trabalho não se aplicava e, mais que isso, era vista como um castigo bíblico pela moral cristã católica. Esse tipo de organização do trabalho foi se transformado durante a Revolução Industrial, mas segundo Russell, a dimensão moral do trabalho estava tão enraizada nos valores da sociedade que conseguiu sobreviver ao surgimento da sociedade industrial moderna. A manutenção dessa moral é, para o autor, extremamente

⁴ Para a referência dos “impulsos de morte” do capitalismo de inspiração freudiana, ver sobretudo Maris e Dostaler (2009).

⁵ O termo ocidental não está nas palavras do autor, mas foi adicionado para esclarecer que Bertrand Russell estava a se referir especificamente à história do ocidente e mais especificamente ainda, da Europa.

antiquada, dado que a nova sociedade que surgira já demonstrara que uma jornada de quatro horas diárias de trabalho seria suficiente para que todos desfrutassem de uma vida confortável (Russell, 1932, p.12).

Visto que a sociedade teria capacidades técnicas de reduzir a jornada de trabalho, a grande barreira que impedia a redução organizada do trabalho era a prevalência da moral escravista e servil que ainda permanecia dominante. Ao contrário do credo dominante, o tempo livre dos pobres não seria necessariamente preenchido de forma frívola, pois libertos do trabalho a humanidade poderia dedicar-se à cultura, à curiosidade científica e ao lazer ativo. A redução do tempo de trabalho era uma realidade imediata para Russell e “com a oportunidade de uma vida feliz, homens e mulheres comuns se tornarão mais amáveis e menos intransigentes, menos inclinados a julgar os outros com suspeição. O gosto pela guerra se extinguirá, em parte por essa razão e em parte porque implicará longo e árduo trabalho para todos.” (Russell, 1932, p.24)

Lafargue e o Elogio à Preguiça

Paul Lafargue, revolucionário franco-caribenho casado com Laura Marx e que militou ao seu lado, especialmente após a morte de seu pai, Karl Marx, escreveu em 1880 um panfleto – publicado sob a forma de artigos no jornal *L'Égalité* - que criticava o “dogma desastroso” sobre o trabalho do qual compartilhavam liberais, conservadores e até mesmo marxistas.

O cenário francês do mundo do trabalho foi a inspiração para o polêmico texto. O momento observado por Lafargue era o de um capitalismo em expansão e de maneira semelhante a Keynes e Russell, considerava o progresso técnico como libertador de trabalho humano e a invenção da máquina a “redenção da humanidade”; as máquinas seriam como “o Deus que resgatará os homens da sórdida arte e do trabalho assalariado, o Deus que lhe oferecerá o dom do ócio e da liberdade” (Lafargue, 1965; pág.78. Tradução própria). Todavia, essa libertação estava sendo adiada pela cegueira dos operários que não se davam conta que o “dogma do trabalho” é o causador de todas as misérias que os afligem.

Lafargue observa a revolução promovida pelas máquinas nos teares ingleses já no final do século XIX, mudanças que propiciavam claras condições para a redução do tempo de trabalho. Enquanto uma “boa operária realiza com o fuso não mais do que cinco malhas por minuto, alguns teares circulares fazem até trinta mil no mesmo espaço de tempo”. Entretanto, os próprios operários se entregaram ao vício do trabalho, produzindo mais do que o necessário,

contribuindo para a crise de superprodução, criando pressupostos para o consumo supérfluo, desejando competir com a máquina – “que concorrência absurda e mortífera!” – e em vez de exigirem uma vida ociosa como os ricos, estenderam também aos ricos a obrigação de trabalhar. (Lafargue, 1965, pp. 57-58) Nas palavras de Lafargue:

“Contudo, convencer o proletariado de que a palavra que nele inculcaram é perversa, que o trabalho desenfreado ao qual se entregou desde o começo do século é o mais terrível flagelo que já assolou a humanidade, que o trabalho só se tornará um condimento do prazer e da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano e uma paixão útil para o organismo social quando for sabiamente limitado a um máximo de três horas por dia, esta é uma tarefa árdua e que está acima das minhas forças.” (Lafargue, 1965, p. 157).

Portanto, assim como para Keynes e Russell, o desenvolvimento da sociedade industrial poderia libertar mulheres e homens do fardo do trabalho, mas no sentido da orientação política, Lafargue aponta para a necessidade de ação dos próprios trabalhadores. A redução do tempo de trabalho e o “direito ao ócio” só sucederia quando o proletariado recusasse o amor ao trabalho e rompesse com o pensamento da classe dominante que ao mesmo tempo que alimenta o dogma de “quem não trabalhar não comerá”, usufrui do ócio e vive à custa do trabalho dos operários.

Lafargue acreditava que a consciência de classe dos operários poderia tornar possível uma jornada diária de apenas três horas para todos os cidadãos, ricos e pobres. Todavia, no mesmo sentido de Keynes, vislumbrava o surgimento de dois problemas: como educar para o ócio e para o consumo um proletariado doente de sobretrabalho e abstinência, e como educar para o trabalho e para a sabedoria uma burguesia habituada ao ócio e ao consumismo supérfluo?

3) Três perspectivas contemporâneas

Crescimento econômico, produtividade, extensão e intensidade das jornadas de trabalho são alguns dos assuntos sob as lentes de alguns autores contemporâneos que se põem a examinar de forma não convencional e criativa, as interfaces entre os domínios social, econômico e ambiental. Alinhados naquilo que pode ser compreendido como um conjunto de reflexões orientadas à ação que não pode ser axiologicamente neutra, uma vez que a noção de fronteiras planetárias - ou limites - se torna um postulado ético, destacaremos neste artigo três autores. Além desse alinhamento em termos da ação axiologicamente não neutra, esses autores podem

ser congregados em perspectivas que preconizam a RTT, alinhando-se a prescrições de um “decrecimento administrado”. Observemos, em rápidos parágrafos, algumas contribuições desses três intelectuais de nossos tempos: André Gorz, Tim Jackson e Dominique Méda.

Gorz e a Ecologia Política

André Gorz (Viena – 1923, França – 2007), filósofo e jornalista, foi seguramente um dos mais destacados teóricos da Ecologia Política e das abordagens do decrecimento. Sua vasta obra, instigante, crítica e libertária reflete as influências de Marx, do existencialismo de Sartre e de alguns de seus amigos e intelectuais da Escola de Frankfurt.

Em vista de nossos propósitos nesta brevíssima apresentação, algumas de suas ideias merecem destaque: sua impiedosa crítica à alienação da humanidade no capitalismo, sua perspectiva ecológica alicerçada no terreno da crítica ao consumismo e sua crença de que os limites últimos à nossa civilização podem ser contornados por uma ética de libertação que permita romper com o domínio das técnicas, específicas de nossa forma de organização social sob a égide do capital, que exercem sua dominação sobre os homens e a natureza.

Para Gorz, a questão das formas de subjetivação no capitalismo é de vital importância. No regime do capital, as esferas de instrução, educação, socialização e integração produzem indivíduos úteis e dóceis, prontos a executar seus papéis nas engrenagens do que denomina de “megamáquina social”.⁶ O adestramento requer que os indivíduos interiorizem os imperativos do controle dos tempos, da lógica do “quanto mais, melhor”, da rejeição à categoria do “suficiente” e do “necessário”.⁷ Homens e mulheres movidos por um individualismo hedonista e utilitarista, impelidos pela concorrência sem peias, são incapazes de um agir autônomo e de se perguntarem sobre os valores que deveriam dar sentido e guiar seus atos e seus desejos.

Assim, buscando nas “margens” da sociedade estes indivíduos desajustados, rebeldes às regras e dotados de autonomia, Gorz afirma que ele mesmo percebeu-se ecologista *avant la lettre*, por meio de sua crítica do consumismo opulento, da ideia de uma acumulação incessante e insensata, de sua repugnância da vida humana sacrificada no altar do consumo conspícuo e da comparação odiosa.⁸

⁶ Incursão semelhante é realizada por Dardot e Laval em “A Nova Razão do Mundo”.

⁷ Conforme Gorz em *Metamorfoses do Trabalho*, p. 109 e seguintes.

⁸ Seria interessante desenvolver um paralelo destas ideias com Keynes (1963) de “Possibilidades Econômicas para Nossos Netos” para quem “O amor ao dinheiro (...) será reconhecido pelo que é, uma

Em sua máxima, “o capitalismo necessita pessoas que tenham maiores desejos”. Sua descrição do *marketing*, das técnicas de venda, do frenético surgimento de inovações que incorporam o supérfluo no necessário, que atendem aos requisitos da obsolescência programada e, sobretudo, do processo de gradual eliminação dos consumos e serviços coletivos em prol dos consumos individuais, permite-nos descortinar sua crítica radical ao consumismo, à alienação e à vida insensata nas metrópoles.⁹

Neste sentido, seu interessante ensaio, intitulado “A ideologia social do automóvel”, é exemplo dessa singular *démarche*. Gorz nos propõe ver o automóvel com um olhar de estranhamento e revisitar nossas cidades e subúrbios, seu adensamento e extensão desmesurados, a proporção das vias pavimentadas e a imensa indústria que se cria a montante e a jusante destas maquinarias. Se estas formas de transporte, pela primeira vez, exigem que seus condutores se submetam à intervenção especializada de um exército de serviços – frentistas, borracheiros, mecânicos, funileiros, guardadores de carros, entre outros – o dispêndio de tempo para a locomoção, cada vez mais dilatado nos grandes centros urbanos, deve ser necessariamente acrescido, afirma Gorz, ao tempo de trabalho dedicado à produção de um valor equivalente àquele materializado no automóvel. Ora, se somarmos ao tempo dos trajetos casa-trabalho o tempo dedicado à produção de valor equivalente ao imobilizado no automóvel, facilmente verificaremos que a velocidade média alcançada nas novas máquinas à pena excede a de um transeunte a pé, com a diferença agora que as distâncias foram multiplicadas para acomodar o fluxo dos automóveis que abarrotam nossas cidades.

Na leitura de Gorz, partindo da crítica ao capitalismo, chega-se inevitavelmente à Ecologia Política, “com sua indispensável teoria crítica dos desejos, que conduz novamente ao aprofundamento e radicalização da crítica ao capitalismo”. Em outras palavras, para Gorz, o ponto de partida da Ecologia Política funda-se numa exigência ética de emancipação dos sujeitos e não numa suposta moral ecológica, ou num ecocentrismo. Ao contrário, Gorz rejeita o que denomina de um “imperialismo ecológico” que em sua visão pode descambar para soluções totalitárias que continuariam a aniquilar as possibilidades de emancipação e do exercício da autonomia. A ecologia, segundo nosso autor, apenas adquire sua dimensão crítica

morbidez bastante repulsiva, uma dessas propensões semicriminosas e semipatológicas que se conduz com um arrepio aos especialistas em doenças mentais”.

⁹ Aqui a confluência do pensamento de Gorz com Galbraith de “The Affluent Society” é bastante nítida, sobretudo no aspecto dos bens privados em substituição aos bens públicos.

e ética se a destruição das bases naturais da vida na terra for corretamente compreendida, ou seja, como resultado da operação de uma forma singular de produção e de consumo que, recorrendo à maximização do rendimento e da produtividade e da miragem do crescimento ilimitado, destrói a teia da vida. Neste sentido, Gorz aproxima-se, em nossa visão, do conceito de economia em seu sentido “substantivo”, tal qual formulado por Polanyi (2012), qual seja, o de que a humanidade não pode subsistir sem um meio material adequado que garanta o seu sustento.

Portanto, na visão do autor, no regime do capital não se encontram as condições para a superação das formas que destroem a natureza e aniquilam as possibilidades de libertação e autonomia para os homens e mulheres. Uma sociedade fundada em outra ética, dotada de outros valores, talvez construída a partir da integração de comunidades menores, cercadas de cinturões verdes, onde os estudantes passarão horas cuidando dos gêneros frescos destinados à alimentação, alicerçadas nos valores comunitários e no desabrochamento das aptidões individuais, onde as jornadas de trabalho, no sentido heterônomo serão reduzidas, e onde os deslocamentos se farão a pé, ou em bicicletas, talvez constituam utopias possíveis de saídas do capitalismo.

Jackson e a prosperidade sem crescimento

“How is it that with so much stuff already we still hunger for more?” (Jackson, 2009, p. 4)

Tim Jackson é um economista britânico, da Universidade de Surrey (UK) e diretor do *Centre for the Understanding of Sustainable Prosperity* (CUSP). Na década de 1990, atuou como pesquisador no *Stockholm Environment Institute* e, em 2006, fundou o grupo de pesquisa interdisciplinar *Research Group on Lifestyles, Values and Environment* (RESOLVE), como uma colaboração interdisciplinar entre quatro áreas, CES (*Conservation and Environmental Science*), psicologia, sociologia e economia. Em 2009, publicou *Prosperity without Growth*, desdobramento do relatório preparado por ele na condição de comissário de economia da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável criada em 2001 por Leslie Prescott, então *deputy-prime minister* do governo trabalhista de Tony Blair.

O propósito do livro é pensar uma prosperidade partilhada socialmente e ajustada às fronteiras planetárias. Esse ajuste da esfera econômica às dimensões sociais e ecológicas levam à retomada do debate sobre o crescimento. Para a discussão central deste artigo, que diz respeito ao debate sobre a RTT, importa focar o tratamento dado pelo autor a esta questão.

Jackson (2009) toca neste assunto especialmente em dois momentos de seu livro, o primeiro deles mais teórico e positivo, o segundo mais propositivo e político. O primeiro deles tem lugar quando o autor enfoca a necessidade de uma “macroeconomia ecológica”, a qual deve substituir a macroeconomia convencional, cujas abordagens tanto nos campos ortodoxo quanto heterodoxo são pautadas por uma visão de mundo na qual o crescimento é um objetivo central. O segundo deles se coloca quando Jackson (2009) estabelece recomendações ou orientações, que decorrem logicamente da análise empreendida por nesta obra, para a transição no sentido de uma economia sustentável.

A seguir, focalizamos cada um desses momentos.

Do ponto de vista teórico/positivo, sugere uma “macroeconomia ecológica”, em cujo edifício conceitual o crescimento não gozaria de uma centralidade. Confinada à escala ecológica, a atividade econômica se voltaria à realização humana. Seria preciso alfabetizar a teoria macroeconômica na sintaxe da ecologia, seguindo caminhos abertos Georgescu-Roegen e Daly.

Jackson está convencido de que uma macroeconomia para a sustentabilidade não apenas é essencial, mas possível. O ponto de partida residiria na identificação clara das condições de sustentabilidade, incluindo a proteção do florescimento das capacidades humanas, a equidade distributiva, níveis sustentáveis de transumo e de emissões e a proteção de um capital natural crítico.

Um aspecto fundamental para o qual o autor chama a atenção:

“[nos modelos convencionais de crescimento]... quando a produtividade do trabalho aumenta ao longo do tempo, como se admite geralmente em razão de um aperfeiçoamento tecnológico, a única maneira de estabilizar a produção econômica [...] consiste a reduzir o fator trabalho [...] ou, em outros termos, a aceitar um certo subemprego.

“inversamente [...], quando a demanda cai, as receitas das empresas se reduzem, levando a perdas de emprego e a reduções no investimento. Essa última leva a uma baixa do estoque de capital que, conjugada com uma redução do fator trabalho, diminui por sua vez a capacidade produtiva da economia. A produção cai e, estando reduzida a quantidade de dinheiro disponível na economia, as receitas públicas são diminuídas por seu turno, o endividamento aumenta e o sistema mostra uma tendência à instabilidade.

“É no fundo esta dinâmica que está na origem da insistência dos economistas sobre o fato de que o crescimento contínuo é essencial para a

estabilidade econômica no longo prazo” (Jackson, 2009, pp. 132-3; tradução livre dos autores).

Decifrar, então, esse caráter tautológico do raciocínio que propõe crescimento permanente como forma de se evitar instabilidade, remete a duas dimensões do trabalho de Jackson. De um lado, uma dimensão que fundamentalmente alinha esse autor às preocupações de Gorz: a ideia de que a crença de que podem ser realizadas mudanças essencialmente tecnológicas possam ser suficientes para o enfrentamento da crise socioambiental. Mudanças na esfera econômica, em especial no domínio de novas tecnologias, como por exemplo, num ideal de “crescimento verde” ou de “crescimento de baixo carbono”, sem a crucial modificação do caráter consumista e produtor de resíduos em larga escala de nossas sociedades, apenas significam a manutenção e provavelmente no aprofundamento da crença do mito do crescimento indefinido. De outro lado, o autor questiona qual seria uma perspectiva alternativa para a compreensão de uma prosperidade não necessariamente atrelada ao crescimento do PIB.

Antes de chegar a sua visão propositiva central, qual seja, a de uma prosperidade sem crescimento, Jackson (2009) recupera a ideia cara a Ayres (2008), de um crescimento diferente, um crescimento no qual o “produto” seria, para empregar as palavras deste último autor, “desmaterializado”: um crescimento rico em “serviços” e não em bens materiais. Uma economia de serviços desmaterializados, é preciso que se diga, está muito distante da terceirização em voga, em especial nos países de capitalismo avançado de nossos dias graças à ampla difusão das tecnologias de informação e de comunicação. Também não seria esta economia aquela que mais cresce hoje. A forma de ocupação do tempo em atividades de lazer, por exemplo, que consome cada vez mais o tempo livre nos países centrais, é responsável por cerca de 25% da pegada carbônica nesses países (Jackson, 2009, p. 134).

Já no prefácio da edição francesa do livro de Jackson, o filósofo e *animateur* do Centro Internacional Pierre Mendès, na França, Patrick Viveret (2009) considera oportuna a retomada que o autor propõe do trabalho de Peter Victor, o economista canadense, poucos anos antes. Victor usa modelos computacionais para estudar a maneira pela qual a economia canadense reagiria a uma parada no crescimento. Os resultados obtidos por Victor se mostraram muito sensíveis a valores como a taxa de poupança, as taxas de investimento público e privado e a duração da semana de trabalho.

Dois simulações rodadas por Victor são de interesse especial. Jackson explora a dimensão de sua proposta, apresentando os resultados dos dois modelos concebidos a fim de

desenvolver uma macroeconomia da sustentabilidade. No primeiro desses modelos é sugerido que seria possível, sob um certo número de hipóteses, estabilizar a produção econômica mesmo numa macroeconomia bastante convencional. Um papel crucial é representado pelas políticas de emprego neste modelo, a fim de impedir o aumento do desemprego. O segundo modelo se volta para as implicações macroeconômicas de um afastamento dos combustíveis fósseis. É demonstrado que pode haver uma estreita “janela de sustentabilidade” através da qual a economia poderia passar caso fosse o caso de realizar com sucesso essa transição. Mas crucialmente, esta janela é ampliada se uma parcela maior da renda for alocada para poupança e investimento. Assim, esses exercícios ilustram possibilidades para uma nova macroeconomia, voltada à sustentabilidade, com maior resiliência. O ponto de partida precisaria residir na identificação clara das condições que possam definir uma economia sustentável. Essas condições ainda incluem um forte requisito para a estabilidade econômica como forma de proteger tanto os empregos das pessoas quanto o florescimento de suas capacitações. Mas esta condição precisa ser suplementada por condições que assegurem a equidade distributiva, estabelecer níveis sustentáveis de transumo e de emissões, e favorecer a proteção de um capital natural crítico. Em termos operacionais, haverá diferenças importantes na forma como as variáveis convencionais funcionam nesta nova macroeconomia. O balanço entre consumo e investimento, a divisão entre os gastos dos setores público e privado, a natureza do aumento de produtividade, as condições de lucratividade: todas essas variáveis precisam ser “renegociadas”. Há, portanto, uma visão, tanto em Victor como em Jackson, de que é imprescindível um novo pacto social a respeito dos fins – e dos meios – nas decisões e práticas sobre a produção e a reprodução material de nossa vida social, levando em conta ainda, a redução dos resíduos e o aumento das capacidades sociais e ecológicas para sua reciclagem. Assim, talvez para dizer melhor, é imprescindível melhorar nosso metabolismo social.

Do ponto de vista de uma nova macroeconomia, o papel do investimento é, como sempre, crucial. Especificamente, a sustentabilidade demandaria o avanço de investimentos em infraestruturas públicas, em tecnologias sustentáveis e na manutenção e preservação ecológicas. Esses investimentos operariam numa forma diferente dos gastos convencionais de capital e teriam que ser avaliados e geridos de forma correspondente. Logicamente, uma nova macroeconomia para a sustentabilidade precisaria abandonar o pressuposto do crescimento do consumo material como a base da estabilidade econômica. Essa nova ciência e técnica teria que ser alfabetizada em termos ecológicos e sociais, terminando com a loucura da separação

da esfera da economia com relação às da sociedade e do ambiente natural (Viveret, 2009, p. 10).

Do ponto de vista propositivo e político, a abordagem da prosperidade sem crescimento passa, mas não se limita, a uma mudança na lógica social. Aprisionada no consumo materialista, esta tem sido uma lógica poderosa que combina construção de identidades, forma de participação da vida social, articulada com excessos da produção e da acumulação. Urge o alcance de condições para a liberação dessa dinâmica psicológica, social e ambientalmente pernicioso. A fim de enfrentar os problemas sociais e ambientais, nossas sociedades precisam urgentemente se libertar da crença na busca pela estabilidade econômica pela via do crescimento.

Na medida em que o crescimento tem significado o acirramento dos conflitos socioambientais, o aprofundamento da desigualdade e da violência, a degradação de recursos naturais e a quebra da resiliência dos ciclos biogeoquímicos que sustentam a vida no planeta, a lógica imperativa do crescimento se coloca em conflito insuperável com a busca de outros objetivos sociais e ambientais. Jackson reconhece o papel do consumo na construção de identidades e como amálgama na construção de laços sociais, conforme salientado por Mary Douglas. Essa é uma dimensão do consumo, no entanto, que precisa ser reconstruída num mundo em que a posse de bens - e seu contínuo e acelerado descarte - se sobrepôs às relações sociais e que a relação entre o indivíduo e as “coisas” se interpõe e até mesmo toma o lugar das relações entre os seres humanos. É preciso, segundo Jackson, que o consumo recupere seu *status* coletivo. O autor observa uma multiplicidade de espaços na vida social em que esse consumo comum perdeu lugar e que deveria recobrá-lo: nos cuidados com o outro e nos cuidados de si, no lazer, na cultura, na educação, na saúde. Em toda uma gama de serviços, enfim, que tem sido tomada por uma vigorosa onda que tende a mercantilizar os espaços de convívio e de cuidados.

O olhar do autor sobre essa tendência de nossas sociedades, de fato já tocada de forma tão competente por outros autores, como, dentre outros, Judt, Lipovetsky e Bauman, se desdobra com sua insistência em rechaçar, como solução geral para os problemas de ordem socioambiental, a busca daquilo que outros apontam como uma espécie de bala de prata: a produtividade. Apenas para tocar com brevidade na contra-argumentação de Jackson diante dessa solução, observem-se dois pontos. O primeiro ponto diz respeito ao fato de que, diante da problemática ambiental, a solução geral de uma maior produtividade, que pode significar o uso de menos recursos ou energia por unidade de produto, em geral tem levado ao efeito rebote

(*rebound effect* ou efeito Jevons), que significa que essa redução em termos unitários acaba por ser mais que compensada pelo aumento no consumo total do produto em questão, ou conjunto de produtos, o que significa, ao final, num aumento no uso total dos recursos (ou da energia). Essa é a principal razão pela qual Jackson não subscreve a teoria do “descolamento” (*decoupling*) do crescimento do PIB do uso dos recursos e da energia. O segundo ponto tem mais a ver com a problemática social do desemprego, embora o autor também observe que pode haver vinculações com os resultados em termos de emissões de gases de efeito estufa. Com relação a esse ponto, Jackson chama a atenção - para o desconserto provavelmente da maioria dos economistas ortodoxos - para um farto conjunto de atividades econômicas - sobretudo os serviços, conforme apontamos mais acima - em que a busca da produtividade simplesmente não faz sentido. Deveria ser evidente que não se pode esperar produtividade de enfermeiras e outros profissionais da saúde que cuidam de bebês prematuros, idosos ou pessoas com necessidades especiais. E a busca pela produtividade parece ter algum limite quando se trata de saúde em geral. O mesmo poderia ser dito a respeito da educação, da pesquisa científica, de inúmeros cuidados pessoais, para não falar da produção artística. Jackson lembra, a esse respeito, que em seu famoso artigo sobre “*cost disease*”, Baumol & Owen (1965), os autores observavam não haver sentido sugerir que os músicos de uma orquestra tivessem seus salários determinados pela produtividade marginal de seu trabalho. Ninguém teria seu bem estar melhorado se os músicos executassem uma sinfonia com o dobro da velocidade.

De fato, haveria, na proposição de Jackson, muitos graus de liberdade na ação política para a reconstrução de um mundo do trabalho no qual este pudesse ser executado não apenas de forma a atender com mais dignidade suas respectivas demandas, mas que ainda oferecessem a possibilidade de resgatar outras dimensões significativas do próprio trabalho.

Assim, dentre outras recomendações, Jackson (2009) destaca a RTT, que apenas poderia fazer sentido num mundo em que também fossem enfrentados outros desafios como a luta contra as desigualdades sistêmicas, o dimensionamento das capacitações e de seu desenvolvimento, o reforço do capital social e o desmantelamento da cultura do consumismo.

Numa prosperidade sem crescimento seria, enfim, essencial, embora não suficiente, a RTT, com o alcance de um melhor balanço entre vida profissional e vida privada. Para alcançar esses objetivos, incluem-se a maior flexibilidade no tempo de trabalho, ações para combater discriminações contra os trabalhadores em tempo parcial, melhores incitações para o tempo passado em família e períodos de licença parentais e sabáticos.

Méda e a modificação do trabalho na reconversão ecológica

Dominique Méda, professora de sociologia da Université Paris-Dauphine e diretora do Instituto de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais (IRISSO), é autora de diversas obras sobre crescimento e transição ecológica. Autora do livro “*La mystique de la croissance: comment s’en libérer?*”, divide com o filósofo Dominique Bourg e com o sociólogo e biólogo Alain Kaufmann a organização do livro *L’âge de la transition*. Assina, ainda, com o economista e político francês Pierre Larrourou o livro “*Einstein avait raison: il faut réduire le temps de travail*” (Les Éditions de l’Atelier, 2016, 254 p.).

A crise ambiental, identificada, descrita e analisada por cientistas naturais e sociais contemporâneos, enquadrada por meio das lentes de uma sociologia cultural permite a Méda compor uma síntese sobre a mistificação do crescimento em nossas sociedades. Diante do avanço do conhecimento científico sobre essas crises, a autora resume que seu ponto comum consiste em perturbar as certezas:

“ou, pelo menos os princípios que fundam nossa modernidade ocidental: a crença no progresso infinito, assimilação deste com o crescimento do PIB, o valor cardinal emprestado à liberdade de consumo, a interpretação da produção como um ato especificamente humano... A crença segundo a qual o crescimento seria a chave da prosperidade e do progresso, e deveria permanecer como o objetivo de nossas sociedades, encontra-se abalada”. Méda (2014, p. 10)

Para compreender a *démarche* da autora que nos permite circunstanciar a posição da RTT no seio de sua visão de futuro, toca, em nosso entendimento, acompanhar um ponto de partida caro a Méda, qual seja, sua perspectiva crítica sobre a concepção prevalente de riqueza e progresso, e suas métricas. Dessa forma, acompanhemos Méda (2015c) em sua apreciação sobre algumas das limitações do PIB como medida da riqueza e do progresso social.

Em primeiro lugar, o PIB não leva em conta – ou, como observa a autora “*compte pour zero*” - um conjunto de atividades carregadas de sentido para as pessoas e para as sociedades que são muito consumidoras de tempo, como são os casos das atividades familiares e domésticas, realizadas no lar com outras finalidades que não a transformação que tem em vista a troca, compreendendo os relacionamentos amicais, amorosos, cidadãos, voluntário e de lazer, por exemplo. São atividades que representando um engajamento de tempo tão ou frequentemente mais considerável que o tempo de trabalho, mas que não são contabilizadas. Há um arrazoado lógico, dentro da macroeconomia, sobre as razões pelas quais essas atividades

não devem compor os cálculos do PIB. Mas isso significa não dar conta de sua contribuição para o sentido de progresso e de bem-estar em nossas sociedades. Pelos cálculos do PIB, a redução brutal dessas atividades e mesmo seu total desaparecimento não seria de forma alguma assinalada pelo indicador. Pior, caso essas atividades fossem transferidas ao mercado, isso se traduziria por um aumento do PIB, sem menção em parte alguma da perda de valor ligada ao desaparecimento de atividades cuja finalidade não é redutível à produção de bens e de serviços (Méda, 2016, p. 286)

Em segundo lugar, e este é um ponto fundamental, a contabilidade nacional que permite estimar o PIB é uma contabilidade de fluxos; não constitui uma contabilidade patrimonial. Ou seja, o cálculo do PIB não leva em conta a evolução de patrimônio, seja físico seja humano, que uma sociedade mobiliza e utiliza para fabricar produtos e serviços. Levar em conta, ao lado dos fluxos, a evolução dos estoques físicos da riqueza natural ou a evolução da qualidade de certos elementos do patrimônio natural – o clima, as florestas, os lagos, os recursos naturais) seria algo revolucionário nessa contabilidade. Uma das distorções que hoje se observam, com o cálculo do PIB, é que é perfeitamente possível contabilizar taxas de crescimento econômico elevadas, lado a lado com uma degradação radical e irreversível do patrimônio natural. Ora, a riqueza e a diversidade desse patrimônio é o que permite e sustenta a existência das sociedades humanas e da própria vida no planeta. A degradação dessa riqueza e diversidade é o que se observa com o avanço das mudanças climáticas, com a perda da biodiversidade, poluição do ar, das águas, dos solos e dos oceanos. Essa degradação que ameaça, em horizontes de tempo cada vez mais próximos, tornar impossível a própria produção econômica (p. 286-87).

A autora concorda que já existem contas patrimoniais, mas alerta que elas ainda são falhas. Referindo-se, por exemplo, ao caso do Patrimônio Nacional, Méda afirma que, em 1994, o INSEE observava que

“o conceito de patrimônio adotado nas contas nacionais pode parecer muito restritivo, uma vez que exclui ativos e passivos situados fora da esfera mercantil, como o capital ecológico e o patrimônio natural, ou ainda o capital humano [...] aos quais não é possível atribuir um valor mercantil e [os quais] não são geralmente apropriáveis por uma unidade determinada”.

Ao lado disso, Méda recorda que no Sistema de Contas Nacionais (SCN) francês, em 2008, acrescentava:

“Os ativos [...] são bens que devem pertencer a uma ou a várias unidades que tira de sua posse ou de sua utilização uma vantagem econômica por um certo lapso de tempo [...]. Os recursos naturais, por exemplo, os terrenos, as jazidas

de minérios, as reservas de combustíveis, as florestas e outras vegetações naturais não cultivadas, assim como a fauna selvagem podem ser incluídas nas contas do patrimônio desde que uma ou várias unidades institucionais exerçam direitos de propriedade sobre esses ativos de forma efetiva, ou seja, que se encontrem em condição de poder deles retirar uma vantagem mercantil. Os recursos, tais como a atmosfera ou o alto mar, sobre os quais nenhum direito de propriedade se pode exercer, ou ainda, as jazidas de minérios ou de combustíveis ainda não descobertos e não ainda exploráveis, não são contabilizados, pois não se pode atribuir a seu eventual proprietário quaisquer vantagens (World Bank, Comissão Europeia, FMI, OCDE, ONU, 2008, p. 7).

Isso leva à terceira restrição apontada por Méda com relação às limitações do PIB: Méda argumenta que os bens comuns – e sua eventual degradação – não são tomados em conta por seus cálculos (Méda, 2016, p. 287).

Sabemos que não é de agora que se reconhecem essas e outras limitações do PIB como medida de bem-estar. Esforços muito significativos têm sido envidados a fim de propor e acolher outras visões sobre o próprio conceito de bem-estar, ou de prosperidade, e, de forma correspondente, desenvolver outras métricas para sua mensuração.

No início dos anos 1970, alguns desses esforços tiveram como desdobramentos, duas décadas mais tarde, em 1990, a proposição do índice de desenvolvimento humano (IDH) sob a égide do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Depois disso, uma nova onda de críticas deu lugar a uma verdadeira florada de novos indicadores (Gadrey e Jany-Catrice, 2005). Esses novos desenvolvimentos, por sua vez, levaram à constituição de uma Comissão sobre Medidas de Performance Econômica e de Progresso Social, chamada também de Comissão Stiglitz que teve seu relatório publicado em 2009.

O relatório foi uma coautoria de autores célebres, incluindo os Prêmios Nobel de economia Joseph Stiglitz e Amartya Sen, incluindo também o francês Fitoussi, e que constituiu um momento importante no debate sobre o conceito de bem-estar e prosperidade e suas possíveis mensurações. A Comissão convida a completar o PIB “com outros indicadores, se pronunciando, contudo, contra indicadores sintéticos e renunciando finalmente à promoção de certos indicadores, tais como a poupança líquida ajustada, em favor da qual o relatório intermediário se havia pronunciado (Méda, 2016, p. 287-8).

A Comissão avançou em três proposições principais, como sintetiza Méda: integrar melhor as desigualdades de renda na determinação do PIB; mensurar melhor a qualidade de vida e mensurar melhor a sustentabilidade. Com relação a este terceiro ponto, a Comissão

surpreende, recomendando que se leve em conta tanto o estoque (patrimônio, riqueza) quanto os fluxos (rendimentos e consumo). Com relação aos fluxos, a Comissão adverte que, embora sejam essenciais para avaliar os níveis de vida, eles não podem servir simplesmente como ferramenta de apreciação dos estoques. A Comissão, conforme nota a autora, traça um paralelo com a contabilidade das empresas no sentido de salientar o caráter central do balanço:

“O balanço de uma empresa constitui um indicador vital do estado de suas finanças: deve-se operar da mesma forma para a economia em seu conjunto. Para estabelecer um balanço completo de uma economia, é preciso dispor dos estados numéricos completos de seus ativos (capital físico, e mesmo, capital humano, natural e social) e de seu passivo ([incluindo] o que é devido a outros países[9]). Se a ideia de balanços para os países não é nova em si, esses balanços apenas são disponíveis em pequeno número e seria conveniente favorecer seu estabelecimento. As medidas da riqueza são também essenciais para mensurar a sustentabilidade. O que é transferido para o futuro deve necessariamente se expressar em termos de estoques, seja isso tratado em termos de capital físico, natural, humano ou social. Aí, ainda, a avaliação apropriada desses estoques representa um papel crucial”. (Comissão Stiglitz, 2009, pp. 14-15, *apud* Méda, 2016, p. 288).

Esta proposição representa uma importante reversão, de acordo com a autora. É uma visão que deixa para trás uma concepção na qual a riqueza é concebida como o aumento de um fluxo (a produção ou o valor adicionado a cada ano) em favor de uma ideia, muito distinta, que propõe que a riqueza deve ser vista como o crescimento de um estoque, de um ativo (ou ainda de um capital, de um patrimônio, de um fundo, de um conjunto de realidades).

A maneira pela qual esse capital é concebido e representado, no entanto, como a autora nos exorta a analisar, importa no mais elevado grau. Pode-se tratar, como no relatório “*Where is the Wealth of the Nations? Measuring Capital for the Twenty First Century*”, publicado pelo Banco Mundial em 2006, de estimar monetariamente os diferentes capitais (produtivos, humanos e naturais) de modo a comparar sua soma intertemporalmente, ano a ano. Trata-se de uma concepção fraca da sustentabilidade, uma vez que a degradação de um tipo de capital pode ser compensada pelo melhoramento de um outro. Uma representação como esta é radicalmente diferente de uma perspectiva que leve em consideração a evolução de patrimônios reais, notadamente de dois dentre eles que condicionam a existência das sociedades: o patrimônio natural – a quantidade e a qualidade dos patrimônios considerados como críticos (os oceanos, os solos, as florestas, os lençóis freáticos e as reservas de água, os recursos naturais renováveis e não renováveis, o ar) – e a saúde social – as condições de vida, notadamente o acesso aos recursos e aos direitos indispensáveis dos diferentes membros da sociedade. Esses dois tipos

de representação dos capitais ou dos patrimônios que contam são, podemos ver, radicalmente diferentes (Méda, 288).

O fundamento filosófico de uma concepção de riqueza como valor monetário da soma de diferentes tipos de capitais se funda, como afirma Méda, na certeza de que sempre haverá suficientemente capital humano e capital técnico capazes de transformar forças humanas em progresso técnico, inclusive para suprir o equivalente ao capital natural. Pouco importa que este seja pouco a pouco destruído, os seres humanos seriam suficientemente inteligentes para produzir um capital artificial que gerará para a humanidade um fluxo de utilidades (serviços, por exemplo) equivalente àquele que hoje é gerado pelo capital natural. Portanto, o fluxo de utilidades e de satisfação de que se beneficiam os seres humanos seria a única coisa que importa e não a realidade que está na sua origem. Nesta concepção de riqueza, que esses fluxos provenham de estoques tecnológicos ou naturais, pouco importa.

Um aspecto contemporâneo e muito presente desta representação diz respeito ao papel que pode ser representado pela revolução digital atualmente em andamento. Se bem que geradora de perdas de empregos (Brynjolfsson e McAfee, 2011, 2014; e Frey e Osborne, 2013, *apud* Méda, 2016), seria, contudo, fortemente criadora de riquezas e constituiria a verdadeira via de saída da crise. Esta é a tese defendida por vários dos economistas reunidos na obra publicada no final de 2014 com o título de “*Secular Stagnation: Facts, Causes, and Cure*”. De acordo com (Brynjolfsson e McAfee, 2011, *apud* Méda, 2016), os benefícios da “Grande Reestruturação” atualmente em curso não seriam ainda visíveis nas estatísticas do PIB, em razão de uma simples decalagem temporal e também pelo fato deste indicador ainda não ser capaz de tornar visíveis os ganhos de bem-estar.

Todavia, a ideia central segundo a qual a revolução digital seria o gatilho de uma nova etapa na dinâmica do crescimento mundial apresenta, na visão de muitos autores (Gadrey, 2015; Bihouix, 2014; Méda, 2015e, Jany-Catrice e Méda, 2016, *apud* Méda, 2016), limites determinantes: além de se apoiar num forte determinismo tecnológico e não levar em conta as resistências das sociedades envolvidas, ele não evoca um só instante o caráter extremamente consumidor de energia e de metais raros dos processos envolvidos, das restrições ecológicas às quais as sociedades estão hoje confrontadas e silencia absolutamente sobre a necessidade de ruptura na qual que deveríamos nos engajar, com mudanças fundamentais em nossos comportamentos, é claro, mas também com uma reformulação da episteme positivista do progresso que guia nossas ações pelo menos desde o século XVIII (Méda, 2016, p. 289)

Residiria nesses nossos tempos de crise a possibilidade de reconectar certa forma de pleno emprego e a modificação do trabalho. Na base dessa oportunidade se encontra a proposta de Jean Gadrey (2010, *apud* Méda, 2016) de que uma produção mais limpa – social e ecologicamente – virá a nos exigir uma maior quantidade de trabalho, que poderá ser repartida – sob a condição de que sejam estabelecidos os meios necessários, notadamente em termos de formação – entre uma parte importante da população ativa, e de uma partilha mais equitativa do trabalho.

O relatório de 2014 da Comissão Especial da Assembleia Nacional a respeito dos impactos financeiros, econômicos, sociais e societários da redução do tempo de trabalho (RTT) apontou RTT como uma das medidas de emprego menos custosas e um dos principais meios de assegurar a igualdade profissional entre homens e mulheres. Seria, então, possível, em tese, repartir o volume de trabalho existente e suplementar de um modo diferente do que hoje é feito, o que poderia constituir um novo fluxo de recursos para os sistemas de proteção social.

O engajamento em uma reconversão ecológica constitui igualmente uma oportunidade para modificar o trabalho. O objetivo principal não consistiria mais em ter a maior produção possível, a taxa de crescimento mais alta e que não se trata mais de ser o mais eficaz possível na produção (sob o risco de fazer com que o trabalho perca todo o seu sentido) e de realizar não ganhos de produtividade, mas ganhos de qualidade e de durabilidade, pondera a autora. Seria essa uma ocasião especial, crítica, para que se revertissem os males atuais do trabalho – como sua intensificação, sua autonomia controlada, a falta de suporte da hierarquia, o aumento das restrições na busca de um aumento de seu ritmo – que foram colocados em evidência pela última onda de pesquisa Condições de Trabalho da Direção de Animação, da Pesquisa e dos Estudos Estatísticos (DARES – *Direction de l'Animation, de la Recherche et des Études Statistiques*) e pela pesquisa europeia sobre as condições de trabalho. A oportunidade seria diminuir esses males graças a um processo de “desintensificação” do trabalho (Méda, 2014, 290).

Conclusões

Observamos o panorama inquietante e desolador de uma recessão mundial, instalada a partir do epicentro de mercados financeiros mundializados desde 2008. Interconectadas, as economias nacionais vão, como numa imensa queda de dominós, deslizando para baixo, umas sobre as outras.

Ora, uma retomada geral do crescimento não se poderia completar diante de tal lógica. Tidos como falhas regulatórias, os *dumpings* social, ambiental e fiscal têm-se constituído como elementos típicos, próprios do funcionamento dos mercados mundiais desregulados. Foi a desregulamentação global que lhes franqueou o caminho e hoje a cobrança nos vem na forma de uma crise sem precedentes. A competitividade defendida por uma agenda (neo)liberalizante é impraticável, uma conta de soma negativa. Perdem as economias outrora líderes na industrialização – em crescimento, em empregos, qualidade de vida. Perdem os *newcomers*, com seu trabalho aviltado, descambando para a servidão e a escravidão, com seus abismos sociais e com seu ambiente deteriorado que vai se perdendo irremediavelmente. Numa crescente espiral embalada pela crescente onda conservadora, o denominador comum entre ricos e pobres – e remediados – tem sido a degradação moral, a desumanização. E a perda da resiliência da biosfera.

Digamos que não haja um relance do crescimento global. As saídas que se nos colocam os tenentes do crescimento são pautadas por uma não demonstrada capacidade de geração de empregos. Os apelos da austeridade por sacrifícios em troca da retomada soam como chantagem social.

A retomada do debate da RTT, como nos tocou defender neste artigo, desde algumas de suas fontes históricas, coloca-se hoje como integrante de uma outra *episteme*. Uma que congregue saberes para a reconstrução de um sentido substantivo do econômico.

Bibliografia

- AYRES, R. (2008). Sustainability Economics: where do we stand? *Ecological Economics*, 67, p. 281-310.
- BAUMOL, William J.; BOWEN, William G. (1965) On the performing arts: The anatomy of their economic problems. *The American economic review*, v. 55, n. 1/2, p. 495-502.
- DAVIES, W. (2016). The New Neoliberalism. *New Left Review*, 101, September-October.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo.
- FRACALANZA, P. S. (2008). Limites das Abordagens Microeconômicas da Redução da Jornada de Trabalho. *Revista de Economia* (Curitiba), v. 34, p. 29-47.
- GALBRAITH, J. K. (1998). *The Affluent Society*. London: Penguin Books.
- GORZ, A. (2008). *Écologica*. Paris: Galilée.

- GORZ, A. (2007). *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- HUFFINGTON POST. (2017). *Global Economic Slowdown*. <http://www.huffingtonpost.com/news/global-economic-slowdown/> (24/04/17).
- ILO (2016). *World Employment and Social Outlook: Trends*. http://ilo.org/global/research/global-reports/weso/2016/WCMS_443480/lang--en/index.htm (24/04/17).
- JACKSON, T. (2009). *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London, UK: Earthscan.
- KEYNES, J. M. (1963). "Economic Possibilities For Our Grandchildren". In: *Essays in Persuasion*. New York: W.W Norton & Co.
- LAFARGUE, P. (1965). *Le Droit à la Paresse*. Paris: Librairie François Maspero.
- MARIS, B. et DOSTALER, G. (2005). *Capitalisme et Pulsion de Mort*. Paris: Albin Michel.
- MARX, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MÉDA, D. (2014). *La mystique de la croissance: comment s' en libérer*. Flammarion.
- MÉDA, Dominique (2016). Stratégies de croissance et environnement: quelle conciliation? *Revue française des affaires sociales*, n. 1, p. 279-296.
- PIKETTY, T. (2013). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- POLANYI, K. (2012). *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RUSSELL, B. (1932). *In Praise of Idleness*. Harper's Magazine. <http://harpers.org/archive/1932/10/in-praise-of-idleness/> (24/04/17).
- STANDING, G. (2013). *O Precariado*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. (2012). *How Much Is Enough?* New York: New Press.
- VIVERET, Patrick (2009). Préface à l'édition française. In: Jackson, Tim. *Prosperité sans croissance: la transition vers une économie durable*. Bruxelles: Ed. De Boeck.
- WILKINSON, R., PICKETT, K. (2010). *The Spirit Level*. UK: Penguin.